

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA**

Juliana Coelho Araújo Carvalho (1); Ivy Monteiro Malerba (2); Mário Pascarelli Filho (3)

*Fundação Armando Alves Penteado-FAAP*

[jucoelho@hotmail.com](mailto:jucoelho@hotmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

Participação e inclusão na sociedade, igualdade de oportunidades, acessibilidade e não discriminação são temas inerentes aos direitos humanos e representam aspectos do respeito e da valorização da diversidade humana (BRASIL, 2012).

Pessoas com deficiência (PcD) e Pessoas Idosas, que são facetas desse mosaico de diferenças, apresentam particularidades e convergem para uma temática de forma semelhante, de militância pelos direitos de igualdade e exercício de sua cidadania num âmbito ativo, na busca de oportunidades, acesso e adequações necessárias, visando à participação e inserção social. Estes não podem continuar na posição como mercedores de assistencialismo por parte do Estado, já que têm alcançado o papel de cidadãos efetivos, com lugar de respeito e dignidade que merecem.

Embora existam a partir da Constituição de 88 avanços nas políticas públicas e institucionais direcionadas a população idosa e a com deficiência, muito se tem a refletir pois na grande maioria dos municípios brasileiros são poucas as ofertas de políticas, projetos, planos e programas que atendam estas demandas. Ambas necessitam de maior atenção, de políticas públicas inclusivas, de forma a garantir seus direitos, assim como elucidam Gonçalves e Silva (2003) que apontam que “Para se chegar à dita ‘igualdade de oportunidades’ é preciso dar ‘tratamento diferenciado’ aos membros das coletividades”.

Para tanto a formulação e implementação das políticas voltadas às populações supracitadas, precisam contar com uma abordagem integrada das diversas políticas setoriais, como saúde, social, esporte, educação, dentre outras, sendo importante o papel de um órgão que articule com as diferentes áreas de forma transversal e intersetorial (FERREIRA, 2003; CAMARANO, PASINATO, 2004; HEBLING, 2013).

No Brasil o envelhecimento da população está em rápido crescimento e em situações de desigualdade, demandando que preparações e reflexões na gestão pública com foco no envelhecimento sejam realizadas, uma vez que se estima, segundo projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2045, que o número de pessoas idosas no mundo ultrapassará o de crianças (KALACHE, 2012; WONG, CARVALHO, 2006).

O número de pessoas com deficiência no país também é significativo, representando 23,92% do total da população (IBGE, 2010), o que emerge a urgência da necessidade de medidas prioritárias na administração pública, já que precisam de adequações específicas e políticas públicas adequadas que ofereçam as condições ideais e necessárias para sua inclusão e participação social.

Caraguatatuba, município do litoral norte do Estado de São Paulo, apresenta o n° total de habitantes de 111.524, sendo que 12% são pessoas com 60 anos ou mais e 30% de pessoas com deficiência (IBGE, 2010). Ademais, o município tem apresentado um acelerado crescimento destas demandas uma vez que muitos vão em busca de qualidade de vida, procura de trabalho, programas e serviços especializados (SEPEDI, 2015). Neste sentido, o presente trabalho visa identificar a efetividade da atuação de um órgão específico para o fomento e articulação de políticas públicas destinadas a estes segmentos populacionais no município de Caraguatatuba: a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso (SEPEDI).

## **METODOLOGIA**

O método baseou-se na revisão bibliográfica acerca da temática em diferentes bases de dados, com a análise das ações efetivadas em Caraguatatuba após a criação da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso e informações qualitativas advindas de usuários dos projetos, programas e serviços da SEPEDI, dos funcionários e gestores envolvidos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pauta da PcD e do Idoso não está atrelada apenas a secretaria de assistência social ou saúde, mas sim a tudo que envolve a proteção, participação, a inclusão e o desenvolvimento destas, sendo então recentemente criadas por meio de governos em diferentes esferas, algumas secretarias direcionadas a Pessoas com Deficiência e Idosos, a fim de ampliar ações, articular projetos, capacitar às redes, fomentar políticas e destacar prioridades acerca dos assuntos relacionados a essas duas populações.

Segundo o atual prefeito Antônio Carlos da Silva, em relato descrito no livro de Mirshawka (p.7, 2014), o município está crescendo bastante e ainda vai crescer muito nas próximas décadas, sendo uma das prioridades o investimento com relação às políticas de melhoria da acessibilidade, do atendimento das pessoas com deficiência e dos idosos, criando para isso a Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso em 2011, com a sanção da Lei nº 1993, com o objetivo de contribuir com as políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida, garantia de direitos e de inclusão, por meio de articulações de políticas já existentes e elaboração de novos projetos específicos, sem substituir as ações designadas às demais Pastas (SEPEDI, 2015).

A SEPEDI deu propulsão às políticas as quais no presente trabalho destacamos algumas mais voltadas ao idoso: criação de equipamentos e serviços (centro dia, centro de convivência, praça sensorial, academias ao ar livre, programa Praia Acessível etc), concurso Selo Empresa Inclusiva que estimula a empregabilidade de idosos e PcD bem como a acessibilidade, implementação de legislações (calçada acessível, credenciais de isenção cultural, de transporte, etc), ampliação de estruturas para instituições de longa permanência, dos convênios com terceiro setor, Vila Dignidade, Programas de Incentivo ao Esporte, Atuação conjunta com conselhos, Programa Caraguá, Cidade Amiga do Idoso, Ampliação da oferta de tecnologia assistiva, Reuniões entre secretarias, órgãos e instituições com vistas a prevenção e atuação com relação a proteção e violência destas demandas, elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, organização e qualidade do atendimento, dentre outras.



Fig. 1: Centro Integrado de Atenção a PcD e ao Idoso (Centro Dia e Centro de Convivência)

A assistente social e gerontóloga Zally Queiroz, idosa e munícipe de Caraguatatuba destaca a importância deste trabalho para a transformação em uma cidade verdadeiramente amigável ao idoso, boa e adequada para todas as idades. Para Thiago Gonçalves a SEPEDI tem modificado a visão das pessoas, diminuindo o preconceito e melhorando bastante a acessibilidade. Afirma: “a Praia Acessível me oferece a possibilidade de desfrutar da praia e de um lazer, isso é muito bom para nós pessoas com deficiência”.



Fig 2, 3: Praia Acessível, Praça Sensorial.

Para a atual secretária Ivy Monteiro Malerba, “a SEPEDI provocou um diálogo horizontal em um cenário que historicamente sempre se pautou em políticas verticais trazendo uma proposta de gestão inovadora e transversal”. Sendo uma secretaria da pessoa e não de uma única área se torna um desafio pois perpassa por todas elas, necessitando atrelar o planejamento com a demanda atendida e diferentes gestores e serviços para a resolutividade, tais como saúde, social, educação, esporte, obras, trânsito, etc. Capacitações de profissionais e eventos junto a população (Formações, Fóruns, Miss e Mister Melhor Idade, Semana de Valorização a Pessoa Idosa, dentre outros) são realizados continuamente.



Fig.4, 5: Palestra sobre quedas, Miss e Mister Melhor Idade, Passeatas, Conferências e fóruns.

De acordo com a diversidade de ações apresentadas pela SEPEDI, as quais cresceram e tem melhorado a inclusão e qualidade de vida de PcD e de pessoas idosas, bem como diante dos relatos destas e dos servidores, esta pasta específica trouxe uma visão diferenciada, potencializando e fortalecendo as políticas a este público, trazendo o olhar de uma inclusão efetiva, dando margem para que em longo prazo possam exercer seus direitos fundamentais, assim como corrobora Corrêa (2008) com igualdade e sem preconceitos.

Ademais, para a implementação das políticas relacionadas à PcD e Idosos as relações intersetoriais foram percebidas como fundamentais, por meio da construção de “redes” de parceria entre atores e setores que tem como objetivo atender ao cidadão de forma mais completa e eficiente. Esse processo engendra novas relações, uma nova forma de gestão, pois anteriormente trabalhavam de forma isolada e agora precisam pensar, planejar e executar em conjunto.

## CONCLUSÃO

Diante dos resultados apontados constata-se que esta secretaria, embora constitui um modelo recente de gestão, contribui e influencia de forma significativa no fomento e desenvolvimento de políticas públicas que garantam os direitos, pela atuação articuladora, formadora e executiva, por meio de ação isolada e em conjunto com demais Pastas e órgãos. É importante salientar que embora

a secretaria seja de PcD e Pessoa Idosa, as políticas são tratadas com atenção diferenciada para cada uma, fortalecendo algumas em comum, tais como as relacionadas a acessibilidade, dentre outras.

A experiência apresentada pela SEPEDI no município de Caraguatatuba revela que faz realmente a diferença a existência de um órgão especializado para elaborar políticas com um olhar integral, matricial, articulador e visão integral da PcD e da Pessoa Idosa, sendo viável estimular a criação de instâncias governamentais municipais (secretarias, coordenadorias, diretorias) com vistas à oferta de melhor qualidade no vida, de uma sociedade inclusiva e coesa para todas as idades.

Este modelo de gestão de políticas públicas é ainda bastante recente e em construção, tendo cada uma um formato e dinâmica diferentes, sendo talvez este trabalho um estopim para estimular pesquisas futuras, de forma a demonstrar outras experiências práticas similares. Assim, a relevância do tema, bem como a emergência dos municípios prepararem suas políticas públicas para o atendimento da população de PcD e Idosos que está aumentando traz à tona a necessidade da expansão e do aprofundamento das pesquisas sobre esta temática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Secretarias de Direitos Humanos. **Avanços das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência – Uma análise a partir das Conferências Nacionais.** Elaborado por Liliane Cristina G. Bernardes. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 1 edição, 2012.

CAMARANO, A.M.; PASINATO, M.T. **O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** CAMARANO, A.M. (org.) Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CORRÊA, R. M. (org) **Avanços e desafios na construção de uma sociedade inclusiva** - Belo Horizonte : Sociedade Inclusiva/PUC-MG, 2008.

HEBLING, L. F.N. et al Política Municipal do Idoso em Rio Claro-SP. In ROSA, T.E.C. et al **Velhices: Experiências e Desafios nas Políticas do Envelhecimento Ativo**, São Paulo: Instituto de Saúde, 2013.

KALACHE, A. in BERZINS, M., BORGES, M. C. **Políticas Públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Ed. Martinari, 2012.

MIRSHAWKA, V. **A Luta pela qualidade na administração pública com ênfase na gestão municipal**. 1. ed. São Paulo: DVS Editora, 2014.

WONG, L.L.R.; CARVALHO, J.A. **O Rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas**. Revista Bras. Est. Pop., v. 23, n.1, p 2-26, jan/jun, 2006.

